

GRACILIANO RAMOS E AS "COISAS OBSERVADAS E SENTIDAS": UM PROGRAMA DE VIDA INTELECTUAL

Alcmeno Bastos

Em dois momentos das *Memórias do cárcere* (1953), Graciliano Ramos alude ao amigo José Lins do Rego como escritor. No primeiro, quando relata sua ida de trem para o Recife, já preso, em 1936, e, à visão de algumas "construções negras num terreno alagado", que alguém lhe esclarece serem mocambos, reflete:

Bem, os célebres mocambos que José Lins havia descrito em Moleque Ricardo. Conheceria José Lins aquela vida? Provavelmente não conhecia. Acusavam-no de ser apenas um memorialista, de não possuir imaginação, e o romance mostrava exatamente o contrário. Que entendia ele de meninos nascidos e criados na lama e na miséria, ele, filho de proprietários? Contudo, a narração tinha verossimilhança. Eu seria incapaz de semelhante proeza: só me abalanço a expor a coisa observada e sentida.¹

O elogio à "imaginação" de José Lins do Rego não esconde de todo a censura aos seus processos de representação literária da realidade, mesmo com o reconhecimento de que ao *Moleque Ricardo* não faltava "verossimilhança", pois imaginar aqui se contrapõe a lembrar, significando, em princípio, fantasiar². Graciliano manifesta certa perplexidade ante a "proeza" de alguém ser capaz de expor alguma coisa por esse alguém não "observada e sentida". A "imaginação" de José Lins do Rego é, assim, quase uma fraude, pois a experiência dos mocambos não lhe era familiar, já que se tratava de um "filho de proprietários". Quanto ao próprio Graciliano, a modéstia orgulhosa leva-o a firmar o princípio de que o seu processo de representação literária

¹RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. Antonio Candido serve-se da última frase para ilustrar sua afirmação de que, para Graciliano Ramos, "a experiência é condição do escritor" (Ficção e confissão. In: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 19. ed. São Paulo: Martins, 1973. p. 48). O valor da experiência é, aliás, ponto central nos estudos de Antonio Candido sobre Graciliano - além de Ficção e confissão, a Apresentação ao volume 53 da coleção Nossos Clássicos da AGIR (In: RAMOS, Graciliano. *Graciliano Ramos: trechos escolhidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1966. p. 6-18) -, suporte da tese central desses estudos, qual seja a de que o autor das *Memórias do cárcere* caminhou da ficção para a confissão, quando a primeira "já não lhe bastava para exprimir-se" (ibidem, p. 55). O próprio Graciliano reitera, no depoimento dado a Homero Homem (*República das Letras: entrevistas com 20 grandes escritores brasileiros*. 3. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 197-210) a necessidade de vínculo tão estreito entre a imaginação e a representação ficcional, quando responde à pergunta "- Sua obra de ficção é autobiográfica?" nos seguintes termos: "Nunca pude sair de mim mesmo. Só posso escrever o que sou. E se as personagens se comportam de modos diferentes, é porque não sou um só. Em determinadas condições, procederia como esta ou aquela das minhas personagens. Se fosse analfabeto, seria tal qual Fabiano." - p. 207.

²De volta a Antonio Candido e ao ensaio Ficção e confissão, a transcrição de apenas a última frase do trecho aqui citado é precedida da observação de que Graciliano "admira [em José Lins do Rego] a capacidade de descrever com a pura imaginação" (ibidem, p. 48 - grifo nosso), sem menção ao tom de censura que a observação na verdade comporta.

da realidade dispensava a "imaginação". E é com a franqueza rude que todos lhe reconheciam que especula, a seguir:

*Tornaria esse amigo [José Lins do Rego] a compor outra história assim, desigual, desleixada, mas onde existiam passagens admiráveis, duas pelo menos a atingir o ponto culminante da literatura brasileira? Quem sabia lá? Agora morava no Rio, talvez entrasse na ordem, esquecesse a bagaceira e a senzala, forjasse novelas convenientes para um público besta, rico e vazio.*³

No segundo momento, a propósito de alguns livros recebidos na cadeia, um dos quais o romance *Usina*, Graciliano volta a estranhar que José Lins do Rego houvesse se afastado da "bagaceira e dos canaviais, tratados com segurança e vigor nas obras anteriores", para discorrer sobre Fernando de Noronha, "onde nunca esteve"⁴. A censura agora se reforça com o exemplo pessoal. Parece-lhe inaceitável o fato de José Lins do Rego, provavelmente para satisfazer exigências de algum crítico que "o julgava simples memorialista", "largar fatos observados, aventurar-se a narrar coisas de uma prisão distante", sobretudo porque o "indivíduo livre" - que era o caso de José Lins do Rego - é incapaz de entender a "nossa vida além das grades, as oscilações do caráter e da inteligência, desespera sem causa aparente, a covardia substituída por atos de coragem doida"⁵ - situação que era a dele, Graciliano. Da censura chega à irritação:

*Zanguei-me com José Lins. Por que se havia lançado àquilo? O admirável romancista precisava dormir no chão, passar fome, perder as unhas nas sindicâncias. A cadeia não é um brinquedo literário. Obtemos informações lá fora, lemos em excesso, mas os autores que nos guiam não jejuaram, não sufocaram numa tábua suja, meio doidos. Raciocinam bem, tudo certo. Que adianta? Impossível conceber o sofrimento alheio se não sofremos.*⁶

Embora a reflexão se refira apenas a José Lins do Rego, pode ser estendida a qualquer outro romancista, brasileiro ou não, contemporâneo ou não do próprio Graciliano. Não há como não considerar estreita a concepção de realismo do autor de *Vidas secas*, nesta passagem. Centrando sua poética ficcional no observar e no sentir, Graciliano limita o alcance da experiência, recusando que a observação possa ser também o ver com olhos alheios, o resultado de leituras, pesquisas, depoimentos de terceiros, enfim, conhecimento indireto. Ou que o sentir (tanto quanto o observar, aliás) não seja objeto de uma mediação semiótica, de um ajuste da integridade das emoções às exigências do meio de representação estética adotado, que é, afinal de contas, o representar. Em resumo, Graciliano como que exige que a ficção perca sua natureza distintiva das demais formas de representação da realidade, ficando o texto ficcional apenas como expressão direta, não mediada, de uma experiência estritamente individual.

O reconhecimento de que o *Moleque Ricardo* é, apesar de tudo, verossímil introduz na reflexão de Graciliano justamente o dado mais importante da questão, a que

³Ibidem, p. 44.

⁴Ibidem, p. 476.

⁵Ibidem, p. 476.

⁶Ibidem, p. 476.

ele, no entanto, não dá o devido relevo. Não é este o momento, é claro, de rediscutir o conceito de verossimilhança. Mas, ao apontar para ele, Graciliano deveria perguntar-se como fora possível a José Lins do Rego, a despeito de seu desconhecimento direto da realidade, conseguir tal verossimilhança. Como lhe fora possível falar da prisão de Fernando de Noronha não tendo ele, José Lins do Rego, passado um dia sequer atrás das grades, menos ainda dormido no chão, passado fome ou perdido as unhas em sindicâncias?

A resposta parece simples. Fora possível a José Lins do Rego tal “proeza” tanto quanto o fora ao próprio Graciliano criar, por exemplo, o infeliz protagonista do conto “Um ladrão”⁷, de cuja existência verídica Graciliano tomara conhecimento através de Gaúcho, o simpático e pitoresco companheiro do escritor na Colônia Correcional, tal como vem contado nas *Memórias do cárcere*⁸. A “observação” de Graciliano dera-se em segunda mão, como resultado de experiência vivida por um terceiro, o desastrado auxiliar de Gaúcho que, em plena ação de furto, não resistira à visão dos seios à mostra de uma jovem adormecida e pusera tudo a perder: “baixou-se e espremeu um beijo na boca da moça”, diz o narrador de “Um ladrão”⁹. A moça acordou, naturalmente, e gritou. Fez-se barulho na casa, o ladrão tentou fugir, mas caiu no andar térreo, machucou-se e acabou preso. Graciliano tanto conservou no texto de ficção o nome (apelido, diga-se) verdadeiro de Gaúcho quanto não o suprimiu das *Memórias do cárcere*, publicadas em 1953, muito depois de *Insônia* (1947), pagando débito, assim, à fonte verídica do conto, que aliás concordara em ver-se citado pelo nome (apelido, repita-se). Neste caso, Graciliano não tolheu a própria “imaginação”. Pelo contrário, na versão de *Insônia* o ficcionista interveio decididamente. Deu o primeiro plano ao desastrado principiante, acompanhando-lhe, com riqueza de minúcias, as hesitações de vontade, transformando o episódio, na origem apenas grotesco, num fino exemplo de conto de atmosfera. E Gaúcho, sua fonte “documental”, sofreu modificações importantes: aparece no conto não como o ladrão incompetente que a si mesmo julgava - “Só sei roubar, muito mal: sou um ladrão porco”¹⁰ - mas como dado referencial de realce à ineficácia profissional do infeliz protagonista, pois agora é, para este, um “mestre” do ofício, profissional dotado de “nervos de ferro”, capaz de “Tirar anéis da mão de uma pessoa adormecida!”, marcado por “anos de prática, [por] diversas entradas na casa de detenção”¹¹.

Em favor da poética excessivamente verista de Graciliano, talvez se pudesse dizer que, tendo ele estado na prisão e convivido com Gaúcho, tratava-se, até certo ponto, de “coisa observada e sentida”. Apenas até certo ponto, porém, e não integralmente, o que pode servir também para a “absolvição” de José Lins do Rego, pois este poderia, por sua vez, ter ouvido o relato de pessoas que estiveram presas em Fernando de Noronha, no caso de *Usina*, ou vivido nos mocambos do Recife, no caso de *Moleque Ricardo*. Assis Brasil, comentando o depoimento de Ricardo Ramos, filho do escritor, quanto ao método de trabalho de Graciliano na redação das *Memórias do cárcere*, conclui: “Graciliano Ramos, é evidente, ‘interferia’, como romancista, em suas memórias”¹². E adiante nos chama a atenção para a atitude de Graciliano, exposta na

⁷RAMOS, Graciliano. *Insônia*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio: 1953. p. 17-34.

⁸-----, *Memórias do cárcere*, p. 375.

⁹-----, *Insônia*, p. 33.

¹⁰-----, *Memórias do cárcere*, p. 375

¹¹-----, *Insônia*, p. 27.

¹²BRASIL, Assis. *Graciliano Ramos: ensaio*. Rio de Janeiro: Simões, 1969. p. 95. Ricardo Ramos exemplifica com dois capítulos das *Memórias*, que teriam recebido tratamento diferente dos que o próprio Graciliano lhes dava em versões orais. O primeiro - “O advogado Nunes Leite” - “uma vez no papel, hoje

introdução às *Memórias do cárcere*, indeciso quanto a "utilizar" pessoas reais numa 'história' presumivelmente verdadeira", já que também não lhe agradava dar-lhe pseudônimos, como se as *Memórias do cárcere* fossem não um depoimento sobre fatos verídicos, mas "uma espécie de romance"¹³. Entende-se que Graciliano admitia, portanto, a necessidade de alguma forma de mediação na representação ficcional da realidade, das "coisas observadas e sentidas", de outro modo não haveria necessidade de pseudônimos ou quaisquer outros disfarces. Ora, são precisamente tais "disfarces", que, a rigor, não precisam limitar-se à troca de nomes verdadeiros por outros, falsos, que abrem a porta da representação literária ficcional a coisas *não* "observadas e sentidas", pois borram os limites entre o relato pretensamente documental e o relato apoiado na "imaginação". Admitido o pequeno (?) desvio dos "disfarces", admite-se também que o romancista "finja" conhecer por dentro aquilo que expõe, seja ele "filho de proprietários" falando de mocambos, tenha ele apenas visitado um amigo preso. O próprio Graciliano reconhece não ter sido prejudicial a perda das anotações feitas em "largos dias e meses de observação", pois a existência de tal material o obrigaria "a consultá-lo a cada instante", para conseguir absoluto rigor na recomposição dos fatos¹⁴. Rigor dispensável, pois "Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis."¹⁵ Assim sendo, o princípio da verossimilhança sobreposto ao da veridicidade é adotado por Graciliano mesmo na construção de um não-romance, isto é, de uma narrativa não-ficcional.

Se até aqui trabalhamos com o entendimento de que o relato das "coisas observadas e sentidas" seja possível como repasse de terceiros que efetivamente observaram e sentiram tais coisas, foi por comodidade expositiva que o fizemos. As formas de observar e sentir são muito mais variadas, para o ficcionista, que o simples apropriar-se de depoimentos de terceiros. Mesmo na falta destes, a faculdade imaginativa, essencial à atividade ficcional, permite-lhe representar coisas nunca "observadas e sentidas" não apenas por ele, mas por qualquer outro. Do mais cerrado naturalismo ao mais delirante irrealismo (o fantástico, o mágico, o absurdo etc.), o ficcionista se distingue por ser capaz de colocar em cena temperamentos, situações, espaços e tempos que ultrapassam a experiência individual do autor. Graciliano não teria sido o excepcional ficcionista que foi se se restringisse à receita redutora. Não teria, por exemplo, ousado acompanhar a agonia de Baleia em *Vidas secas*¹⁶, não como simples observador externo, mas como espectador privilegiado das "emoções" do animal. De nada valeria dizer que a experiência de testemunhar a morte de um animal lhe era familiar, pois é evidente que não se trata aqui do registro naturalista da morte de Baleia, mas da representação ficcional de um momento decisivo da pequena comunidade a que pertencia, de direito, a cadela¹⁷. E somente a interioridade da representação, sem prejuízo da verossimilhança, poderia conferir ao episódio a grandeza da captação da "psicologia" de Baleia. Nenhum leitor se perguntará, a sério, como o narrador de *Vidas secas* terá podido adivinhar o que se passava na cabeça do animal.

não aparece exatamente igual ao que se ouvia de Graciliano Ramos", enquanto o segundo - "À ordem do chefe"-, "mudou muito, já que não existia por parte do escritor, aquela visão do problema da pederastia".

¹³Ibidem, p. 98.

¹⁴RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*, edição citada, p. 23.

¹⁵Ibidem, p. 23.

¹⁶RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 37. ed. Rio de Janeiro, Record, 1977.

¹⁷Em relação à já mencionada resposta que Graciliano Ramos deu a Homero Sena (vide nota 1), é curioso notar que a comparação feita com Fabiano deve ser aplicada também ao caso de Baleia: "se Graciliano fosse cão, seria tal qual Baleia..."

*Baleia queria dormir. Acordaria feliz, num mundo cheio de preás. E lamperia as mãos de Fabiano, um Fabiano enorme. As crianças se espojavam com ela num pátio enorme. O mundo ficaria todo cheio de preás, gordas, enormes.*¹⁸

Considerando-se tudo isso, é o caso de perguntarmos se a censura de Graciliano a José Lins do Rego tem outro sentido que não esse, manifesto. Tratando-se de uma reflexão e não de um acontecimento, Graciliano bem poderia eliminá-la das *Memórias do cárcere*, mesmo se levarmos em conta o fato de a publicação ser póstuma. Quando nada, por gratidão ao amigo que tanto o ajudara, mesmo correndo riscos pessoais, como nunca Graciliano deixa de reconhecer nas *Memórias*. Se Graciliano a manteve é porque diz muito de sua postura intelectual. Na verdade, preocupava-o muito o suposto desvio do projeto ficcional de José Lins do Rego. Graciliano temia que o autor de *Menino de engenho* se corrompesse no Rio de Janeiro, abdicasse da condição de retratista do seu mundo para satisfazer um "público besta, rico e vazio". O rigor da autocritica de Graciliano, sobejamente conhecido, ao ponto mesmo de parecer incômoda auto-suficiência, leva-o à formulação extrema, inaplicável no seu próprio caso. E a zanga com José Lins do Rego - "A cadeia não é um brinquedo literário.", chega a dizer - demonstra elevado grau de incompreensão e injustiça em relação aos objetivos do escritor, pois lhe atribui a levandade de não apenas falar de algo que não conhece - a prisão de Fernando de Noronha - como de aproveitar-se literariamente da desgraça alheia. Custa crer que Graciliano tivesse da criação ficcional uma idéia tão limitadora, daí supormos tratar-se de mais um exagero de seu contumaz ressentimento.

Em vários outros momentos das *Memórias do cárcere*, e não apenas em relação a José Lins do Rego, o "velho Graça" obstina-se em julgar mal intencionadas as iniciativas de ajuda de parte dos amigos. Na recusa inicial de sua defesa por Sobral Pinto, por exemplo, chega a ser curioso o seu completo alheamento das ilações possíveis, quando do interesse dos poderosos, entre autor e obra ficcional. Segundo o relato das *Memórias do cárcere*, Sobral Pinto achara promissor o fato de não haver processo contra ele, Graciliano. Tal fato, na sua avaliação, revelava incompetência de parte das autoridades policiais. E graceja: "São uns idiotas. Dê graças a Deus. Se eu fosse chefe de polícia, o senhor estaria aqui, regularmente, com processo."¹⁹ Tanto basta para que Graciliano revele incrível inocência política, ao retrucar: "- Muito bem. Onde é que o senhor ia achar matéria para isso, doutor?" E Sobral Pinto, arguto: "- Nos seus romances, homem. Com as leis que fizeram por aí, os seus romances dariam para condená-lo."²⁰

Os algozes de Graciliano, se o prendessem por seus romances, estariam aplicando ao pé da letra o princípio de poética verista por ele defendido a propósito de José Lins do Rego. Não lhes seria difícil considerar subversiva a representação da sociedade feita por Graciliano nos seus dois romances até então publicados. Daí a sagaz observação do advogado. Se o mundo mostrado em *Caetés* e *São Bernardo* resultava de "coisas observadas e sentidas", os romances "dariam para condená-lo", sem dúvida.

O episódio ilustra um tipo de ingenuidade política nascida da retidão de caráter de Graciliano. A mesma retidão que o levava a inovar a forma dos relatórios administrativos nos dois que enviou, quando prefeito de Palmeira dos Índios, ao

¹⁸RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*, p. 97.

¹⁹-----, *Memórias do cárcere*, p. 543.

²⁰Ibidem, p. 543.

governador do estado²¹. No primeiro, por exemplo, encerra a prestação de contas admitindo "descontentamento" dos munícipes: "Se a minha estada na Prefeitura por estes dois anos dependesse de um plebiscito, talvez eu não obtivesse dez votos."²² E antes da data e da assinatura, ao invés dos rapapés de praxe, os secos votos de "Paz e prosperidade". Só um brasileiro não "cordial" teria a candura audaciosa de admitir "descontentamentos" com sua administração.. Num país como o Brasil, cujo jogo social é onduloso até o exagero, cabe saber se o intelectual, sobretudo o que exerce ofício criativo, pode ser assim tão íntegro, chegando mesmo à ingratidão de suspeitar de todos os gestos de amizade. A verdade é que se Graciliano persistisse em recusar a ação dos amigos menos inflexíveis que ele, que sabiam andar pelos trilhos escorregadios do tráfico (benéfico, neste caso) de influências, talvez morresse na cadeia.

É sabido que a revelação de Graciliano como escritor deveu-se ao faro editorial de Augusto Frederico Schmidt, que percebeu, lendo os relatórios publicados no Diário Oficial, que seu autor "teria algum romance na gaveta", como de fato o tinha (*Caetés*). Observe-se que poucas pessoas seriam tão diferentes de Graciliano quanto o poeta-editor, homem social, capaz de vencer seu próprio gosto literário pela opulência verbal para editar antípodas estéticos quanto Graciliano e, mais tarde, João Cabral de Melo Neto. A teimosia altaneira de Graciliano levou-o a também desconfiar dos propósitos de Schmidt. E do mesmo modo o que se pode supor que, não fora a ação diligente dos amigos, Graciliano apodreceria na prisão - e esses amigos lançaram mão de uma ferramenta peculiar de nossa vida social: o acesso de intermediários junto ao ditador Getúlio Vargas, sem hostilizá-lo, antes pelo contrário, tocando-lhe a vaidade -, pode-se supor que, não fora o interesse de alguém que jamais o vira de perto, sua obra literária morreria escondida nas gavetas da província. Esse encontro de contrários revela muito da vida brasileira, pois os dois escritores são faces de uma mesma moeda - o espécime curioso que é, ainda hoje, o intelectual brasileiro, dividido entre a vontade de independência e a necessidade de inserção na sinuosidade do jogo social. As reservas de Graciliano ao que lhe parecia "imaginação" de José Lins do Rego revelam também mais que um princípio estético, de resto contrariado pelo próprio Graciliano, como já o vimos. Demonstrem de sua parte uma consciência exacerbada do papel do intelectual criativo, intransigente em não se submeter a qualquer tipo de pressão. O temor de que o amigo José Lins do Rego cedesse às tentações parece ser o sentido último da exagerada censura que lhe faz Graciliano. Daí ter este persistido, até a morte, em escrever sobre as "coisas observadas e sentidas", claro que sem a limitação do sentido literal das palavras, quer tenha tido ou não consciência disso, mas sempre como demonstração de fidelidade a um programa de vida intelectual.

²¹No já aludido depoimento a Homero Sena, Graciliano declarou-se surpreso com a repercussão dos dois relatórios, achando pouca coisa o fato de que "a linguagem não era habitualmente usada em trabalhos dessa natureza", e de que "dava às coisas seus verdadeiros nomes". Surpreendente seria não provocarem o "escarcéu medonho" que provocaram...

²²-----, *Vivente das Alagoas* (Quadros e costumes do Nordeste). 2. ed. São Paulo: Martins, 1967. p. 176.

